

# Para desconstruir a precarização



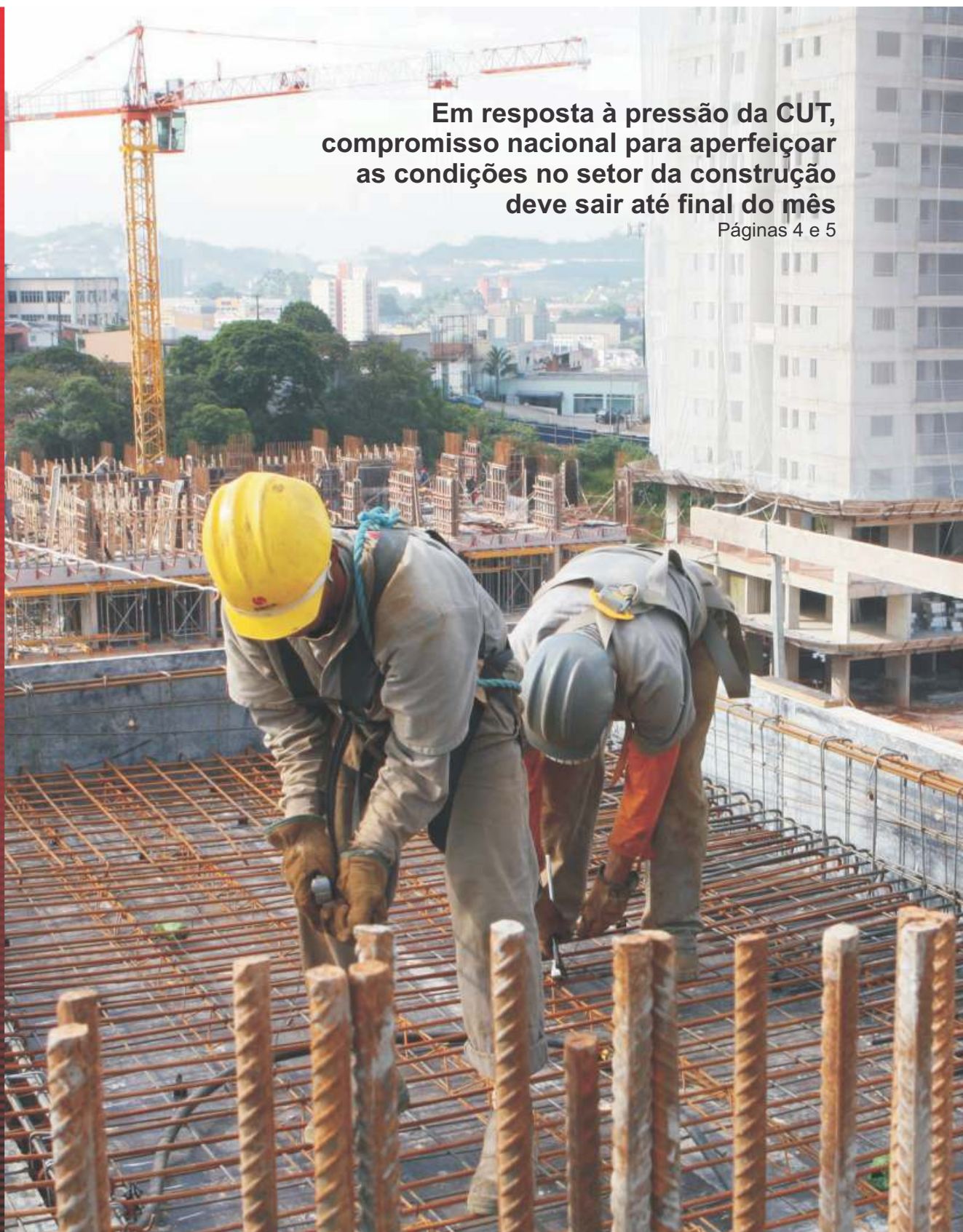
Vem aí o 1º Prêmio  
CUT. Saiba como  
participar  
Página 7

Trabalhadores  
Indígenas e o primeiro  
encontro nacional  
Página 2

CUT cobra no G-20  
taxação sobre o  
sistema financeiro  
Página 7

Em resposta à pressão da CUT,  
compromisso nacional para aperfeiçoar  
as condições no setor da construção  
deve sair até final do mês

Páginas 4 e 5





## editorial



Dorival Elze

O Brasil será o país da Copa e das Olimpíadas. Pela mesma época em que estes dois eventos internacionais estiverem correndo por aqui, o Brasil muito provavelmente terá subido alguns degraus em direção ao clube das maiores economias do mundo.

Não há nenhuma euforia nem ufanismo no parágrafo acima. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de alerta: não podemos admitir que fatos como esses convivam com a má distribuição de renda, com a precariedade das políticas públicas e com o desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

Na busca por dignidade dos trabalhadores que atuam ou vão atuar nas grandes obras e também para todo o setor da construção civil, a CUT e suas entidades filiadas – depois de muita cobrança e aviso ao governo federal e após sérios conflitos em canteiros de diferentes pontos do território nacional – conseguiram colocar na mesma mesa de negociação trabalhadores, governo e empresários para elaborar um compromisso nacional que equivale a um acordo coletivo. Acreditamos que esse documento, se levado a sério, pode garantir um novo patamar de direitos para os operários desse ramo.

Para o acordo ser levado a sério, vai ser indispensável que os sindicatos atuem constantemente para verificar as condições de trabalho nas obras Brasil a fora. Outra ferramenta sem a qual nada mudará é a real capacidade de a fiscalização do trabalho atuar com firmeza e independência.

Se esses pontos forem observados e colocados em prática, teremos feito algo a mais para mudar a realidade do mercado de trabalho brasileiro.

**Artur Henrique, presidente nacional**

## Curtas

### Manifesto contra a terceirização

Os impactos perversos da terceirização sobre o mercado de trabalho brasileiro podem ser ainda maiores do que já são se a Câmara dos Deputados aprovar a proposta do deputado Roberto Santiago (PV-SP), que permite às empresas terceirizar mesmo as atividades principais. Como forma de combater esse ataque aos trabalhadores, a CUT e entidades da sociedade civil lançaram no dia 17 de novembro, em Brasília, o Manifesto em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores(a)s ameaçado(a)s pela Terceirização. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais também lançaram o Fórum em Defesa dos Direitos do(a)s Trabalhador(a)s Ameaçado(a)s pela Terceirização.

### Água: um direito de todos (as)

No dia 7 de novembro, a CUT e a FNU (Federação Nacional dos Urbanitários), junto com importantes movimentos sociais fizeram em Maceió (AL) o lançamento oficial da campanha “Água para o Brasil. Um direito de todos não pode virar lucro de alguns”, que pretende conquistar apoio da opinião pública para que os sistemas de tratamento e fornecimento de água permaneçam sob controle público e, não sejam privatizados através do modelo das PPPs (Parcerias Público-Privadas).

### Segurança e saúde no trabalho

No dia 8 de novembro, o governo brasileiro publicou o Decreto 7.602, que institui, pela primeira vez no país, uma Política nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. A medida é resultado da mobilização de diversas entidades, entre elas, a Central Única dos Trabalhadores.

## Movimento



Leonardo Severo

Nos dias 4 e 5 de novembro, a CUT promoveu em Sidrolândia-MS o 1.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Indígenas, com 152 representantes de todas as regiões do país. Os debates trataram de temas como a necessidade de ampliar a organização e consciência das comunidades para consolidar conquistas. Tal organização é fundamental para pressionar o Estado a reconhecer os territórios indígenas, cobiçados pelos grandes latifundiários e motivo de centenas de assassinatos: segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 250 índios foram mortos nos últimos 10 anos apenas no Mato Grosso.

### expediente:

**Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmen Helena Foro; Dary Beck Filho; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaias Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Douglas Figueiredo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** Roberto Parizotti. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.



## hisória

# Há 32 anos, em Curitiba, um grupo de mulheres deflagra greve na construção civil

Um país que registrou taxa de crescimento de 6,4% do PIB, ao mesmo tempo em que o IGP (Índice Geral de Preços) batia nos 76,8% ao ano, tudo num cenário de repressão política ainda acentuada e uma taxa de desemprego aberto que rondava os 36,5% ao ano.

Nesse contexto, o ano de 1979 foi pródigo em greves. O tempo, porém, acabou por dar mais visibilidade às paralisações do ABC paulista, apesar de operários de diversos os setores terem cruzado seus braços e enfrentado a polícia por isso.

Uma das greves do período destaca-se pela particularidade de ter sido deflagrada por um grupo de mulheres. E no setor da construção civil, reduto por excelência do trabalho masculino e que apenas hoje começa a enxergar a presença feminina como um fato dos novos tempos.

Foi em Curitiba, em novembro. A lembrança do estopim do movimento é trazida à tona por alguém que esteve lá, Domingos Oliveira Davide, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da capital paranaense.

Foi numa obra da construtora Cidadela que as mulheres que trabalhavam na limpeza dos alojamentos e escritórios cruzaram os braços antes de qualquer outro grupo. “Elas simplesmente disseram que a situação era intolerável e pararam. Aquilo incentivou os operários da obra e aquele canteiro simplesmente parou”, diz Domingos.

Segundo artigo da pesquisadora Lícia do Prado Valladares, a greve tem início com 5 mil trabalhado



Assembleia gigante num ginásio esportivo da cidade

res, mas logo arregimenta 20 mil operários e paralisa 300 obras na cidade.

“Foi uma greve com muita revolta. A situação era de penúria”, lembra Domingos. De fato, como se pode ver numa das fotos dessa página, as palavras “Fome” e “Comida” eram constantes nas manifestações que durante aquele ano atingiram obras em diversas cidades, sendo a mais famosa a de Belo Horizonte, em virtude das batalhas campais travadas entre operários e a polícia, que resultaram inclusive na morte de Orocílio Martins Gonçalves, baleado no peito.

Curitiba também vivenciou a repressão. Mas, como fermento, a greve só crescia. A principal reivindicação era por 80% de reajuste salarial – os preços no atacado, segundo a revista “Conjuntura Econômica”, da Fundação Getúlio Vargas, atingiram 79,5% ao ano naquele período.

Diante do recrudescimento da greve e da onda de paralisações que tomava conta do país, alguns Tribunais Regionais do Trabalho decidiram arbitrar mais a favor dos trabalhadores que dos empregadores. Foi assim em Curitiba. O TRT

decretou a legalidade da greve e recomendou um reajuste de 62%.

“Mas a direção do sindicato era tão ruim que não soube explicar isso para a assembleia, que rejeitou a proposta. A greve continuou, a PM bateu pra valer e o TRT, em novo julgamento, propôs apenas 22%. Houve tempo de os patrões se organizarem e forçarem o recuo”, lembra Domingos.

O saldo positivo dessa derrota veio no ano seguinte, quando a oposição sindical, ligada à embrionária CUT, montou uma chapa e venceu as eleições do sindicato local. Como era comum naquele tempo, o Ministério do Trabalho interveio, e a chapa eleita só conseguiu tomar posse com um mandato de segurança – as escaramuças entre representantes eleitos e o governo interventor se estenderam pelas duas eleições seguintes, 1983 e 1986, mas sempre com resultado favorável aos trabalhadores.

As mulheres pioneiras daquela greve, ao que tudo indica, passaram para a história de forma anônima. O próprio Domingos informa que tentou em vão encontrar as personagens daquele embate. Se alguma entrar em contato com este jornal, envie notícias.



Operários exigiam 80% de reajuste, quase o mesmo índice da inflação de 1979



# A construção do trabalho decente

Somente empresas que integrarem compromisso nacional da construção civil receberão selo obrigatório para participação em licitações públicas



Brasil começa a enxergar agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento, mas falta investimento em pesquisa e em estrutura

No dia 21 de outubro, a construtora Odebrecht anunciou a demissão de 80 trabalhadores da obra de ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda-RJ. Desses, 10 eram integrantes da Comissão de Negociação.

Sete dias depois, mais de 10 mil operários ligados à construção da usina hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho-RO, também comandada pela Odebrecht, cruzaram os braços para exigir o pagamento de horas extras, ao invés de dias de folga na semana, como a empresa vinha praticando, regularização de funções – muitos executavam uma atividade e recebiam por outra com salário inferior – e melhorias na segurança. Muitos procuraram o sindicato para denunciar que soldados exerciam suas atividades com equipamentos dentro da água, expondo-os, assim, a graves riscos de choque.

Nos dois casos, a articulação da CUT, da Conticom (Confederação dos Sindicatos da Indústrias da Construção Civil e da Madeira) e dos sindicatos reverteu a questão. No Rio, a confederação negocia a reintegração dos operários e, em Rondônia, praticamente toda a pauta foi aceita.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, a construção civil foi o setor que mais gerou empregos em 2010, com a criação de 2,8 milhões de novos postos. Porém, esses casos citados do Rio de Janeiro e de Rondônia são apenas dois exemplos de como a relação entre empregador e empregado ocorre nos canteiros espalhados pelo país das grandes obras, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, por conta da falta de regulação do setor.

Como são exemplos também as revoltas que tomaram conta da mesma Santo Antônio e de Jirau – a maior obra do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) –, no início do ano. Na ocasião, a paralisação por 26 dias nas barragens devido às precárias condições impostas aos operários fez com que o governo da presidenta Dilma Rousseff aceitasse a exigência da Central Única dos Trabalhadores de criar um grupo tripartite, formado por trabalhadores, empresários e governo para discutir alternativas. O resultado desse debate é o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, que deve ficar pronto no final deste mês.

Com isso, além das normas legais, acordos ou convenções coletivas, que as empresas da construção civil são obrigadas a cumprir, os trabalhadores terão mais um instrumento de luta. O documento será fundamental para atender dois pontos que a CUT identifica como essenciais no setor: a necessidade de que as grandes obras deixem como legado não apenas o lucro para os empresários, mas também benefícios para os brasileiros, e que a atuação das centrais, confederações, federações e sindicatos não ocorra apenas para apagar incêndios.

## Rumo ao acordo nacional

Imediatamente, o material funcionará como um compromisso, portanto, facultativo aos empresários e trabalhadores, e tratará essencialmente de sete temas: formalização, jornada de trabalho, igualdade de oportunidade, saúde e segurança, representação sindical no local de trabalho, intermediação da mão-de-obra e práticas sindicais. A seguir, explica o presidente da Conticom, Cláudio Gomes, o objetivo é fazer com que se transforme em um acordo nacional para a categoria.

“Esse será o primeiro passo para que possamos abrir um processo de negociação e evitar os conflitos constantes que observamos em diversas regiões por conta das diferenças salariais.”, afirma.

De todos os itens discutidos, três já estão acertados: são aqueles que tratam da contratação, da formação e qualificação e da saúde e segurança no trabalho (leia mais no box abaixo). Os debates colocaram no papel propostas da CUT e de suas entidades filiadas como a exigência do uso do Sistema Público de Emprego para recrutamento, uma maneira de eliminar os agenciadores, também conhecidos como “gatos”.

E a obrigação de que as empresas terceirizadas ligadas

às construtoras também cumpram os mesmos termos. Avanço considerado crucial pelas lideranças sindicais. “As construtoras chamam empresas de vários pontos do país e cada uma pratica um piso salarial, não há uniformidade. Queremos que elas cheguem e já exista uma homogeneidade dentro dos canteiros”, diz Gomes.

**O “jeitinho” das terceirizadas** – Ele acrescenta ainda que as entidades cutistas não aceitam deixar de fora a exigência de que a terceirização seja proibida para atividades-fim. “Queremos que ela ocorra apenas em casos muito específicos como, por exemplo, a instalação de uma turbina. Mesmo assim, a terceirizada escolhida deve ser aquela que já tem quadros fixos para executar a tarefa. Não podemos mais aceitar que os canteiros sejam tocados por microempreendedores, resultando no abandono dos operários, que muitas vezes precisam ingressar na Justiça para receber o pagamento.”

Para a CUT, também é essencial garantir a organização no local de trabalho com a representação dos trabalhadores, debate que desagrade os empregadores. Termos como a garantia contra a perseguição sindical e contra a demissão imotivada de representantes da comissão de negociação geram resistência dos empresários. Mesmo em obras de grande porte, não há representantes da empresa e de trabalhadores para conversar e resolver questões cotidianas, que poderiam ser solucionadas por meio de comissões como as que existem nas montadoras, mas acabam se transformando em grandes conflitos.

Já os empregadores querem que a comissão passe a funcionar só após o sétimo mês das obras e que só valha para empreendimentos com previsão de duração para a partir de dois anos, diminuindo e muito a abrangência do acordo.

## Selo para as licitações

Mas, se o Compromisso é facultativo e tem como princípio garantir o trabalho decente na construção, qual seria o incentivo para aqueles empresários que buscam oferecer o mínimo possível para os trabalhadores como forma de expandir o lucro? Simples: o acesso ao filão das grandes obras tocadas pelo PAC, como explica o secretário de Relações do Trabalho da CUT, Manoel Messias. “Assim como aconteceu no caso do Compromisso para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, em que o governo criou um selo para dizer quem tem trabalho decente e ampliar as chances dessas empresas entrarem



Executive Press

Operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (foto acima), maior obra já realizada pela Petrobrás e parte do PAC, cruzaram os braços no dia 31 de outubro e seguiram em greve até o dia 18 de novembro. A mobilização conquistou o aumento do abono salarial, o fim da coparticipação no pagamento do plano de saúde, entre outros pontos. Outro item que motivou a greve, a equiparação salarial com os trabalhadores que executam as mesmas funções em empresas da região será discutida em fevereiro, mês da data-base da categoria.

no mercado internacional, queremos que seja criado um selo para a construção civil e que os governos municipais estaduais e federal apenas aceitem a participação nas licitações das empresas que tiverem essa marca”, explica.

O vice-presidente do Sticcero acredita que o Compromisso é fundamental, mas não diminui a luta que os representantes dos trabalhadores devem travar. “Aqui em Rondônia, precisamos de uma força-tarefa entre sindicato, Ministério Público e Ministério do Trabalho para visitar as empresas e fazer um pente fino, ver quem está cumprindo os acordos, fazer um levantamento geral em todo o país.”

Presidente da CUT-RO, Cleiton dos Santos acredita que o compromisso eleva a disputa para outro patamar. “Ao invés de discutirmos horas extras, queremos tratar da elevação de salários, melhoria da qualidade desses operários”, afirma.

Messias acredita que essa é a chance para avançar pelo fim da precarização do setor. “O principal objetivo é comprometer esse acordo com o conceito de trabalho decente, que depende também da organização no local de trabalho e da ampliação do acesso dos trabalhadores a seus direitos”, conclui.

**Alguns dos pontos já acordados no Compromisso Nacional na Indústria da Construção**

## Contratação

Uso preferencial do Sistema Público de emprego para disponibilizar as vagas e fazer o recrutamento e pré-seleção.

Empresas terceirizadas devem cumprir o Plano de Ação e o Compromisso.

## Formação e qualificação

Os Planos de Ação devem ser elaborados considerando os planos e políticas de desenvolvimento local, legado de formação inicial e continuada (FIC) e de elevação da escolaridade e requalificação de trabalhadores e intermediação ao final da obra conforme demanda local.

## Saúde e segurança no trabalho

Constituição de Comitê de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, por obra, frente de obras ou conjunto de obras, de caráter bipartite, formado por presidentes e vice-presidentes das CIPAs existentes na obra.

Aos empregadores, garantir as condições para o funcionamento das CIPAs e do Comitê de Gestão em SST; aos trabalhadores, orientar os trabalhadores quanto ao direito à informação e ao direito de recusa.



mobilizaGão

# Cláusulas sociais sobre igualdade racial irão compor campanhas salariais

No primeiro semestre de 2011, um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que para 63,3% das pessoas, a cor da pele ou a raça influencia a vida delas. E para 71% dos entrevistados, o trabalho é o ambiente em que esse fator mais pesa.

Os dados apenas retratam o que a Central Única dos Trabalhadores já alerta desde a década de 1990: a questão racial é um dos aspectos estratégicos no processo de lutas em defesa da democracia.

Neste ano em que a Assembleia das Nações Unidas definiu como o Ano Internacional do Afrodescendente, a CUT reafirmou esse princípio na última plenária, ao estabelecer que as entidades cutistas incluam em suas campanhas salariais cláusulas de igualdade de raça e gênero.

“Primeiro, é necessário que não tenhamos qualquer discriminação no ingresso às empresas. Depois, temos que fazer com que o preconceito não impeça a ascensão de trabalhadores e trabalhadoras e que não exista diferença salarial entre pessoas que exerçam as

mesmas funções”, explica Maria Júlia Nogueira, secretária da CUT de Combate ao Racismo.

Para a dirigente, mesmo com os avanços que o país conheceu nos últimos anos, como a implementação da Lei 10.639, de janeiro de 2003, que institui o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, e o Estatuto da Igualdade Racial, que passou a vigorar em 2010, o Estado ainda mantém uma grande dívida histórica com os afrodescendentes brasileiros.

Caso da titulação das terras quilombolas. “A luta pela terra está cada vez mais intensa e precisamos impedir que sejam ocupadas por grileiros e pelo agronegócio. Muitos assassinatos tem ocorrido no Brasil por conta dessa disputa”, acrescenta.

**Domésticas** – Maria Júlia acredita ainda que o Brasil não pode perder a oportunidade de exercer um papel de protagonista e precisa ser o primeiro a ratificar a convenção aprovada na Organização Internacional do Trabalho (OIT), que equipara os direitos das



Antonio Cruz/ABR

Sindicatos devem incluir cláusulas de igualdade racial nas campanhas

trabalhadoras domésticas aos de outros trabalhadores. “Isso é fundamental para que essa atividade majoritariamente negra e feminina seja vista sob o viés do trabalho decente porque fica restrito ao interior das residências”, comenta.

## Entrevista

### Trabalho decente deve nortear todas as discussões no setor da construção

Em entrevista ao Jornal da CUT, o coordenador de Relações Sindicais do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), José Silvestre Prado, traça um retrato da construção civil e aponta quais devem ser as lutas prioritárias para os trabalhadores do setor.

**Quais mudanças são possíveis identificar no setor da construção civil do ponto de vista sindical?**

A primeira mudança é do ponto de vista da construção de grandes obras. A última grande obra que empregou 10 mil, 20 mil homens foi a construção da usina de Itaipú, na década de 1970. No período após retorno da democracia, só agora, nos anos 2000, as chamadas obras de infraestrutura, hidrelétricas, grandes estradas e mais recentemente, as arenas para a Copa de 2014, fizeram com que isso fosse retomado. Com isso, surgem mais recentemente as representações exclusivas para a construção pesada, que mobilizam sindicatos para lutar também por questões que não

são salariais e ganham a mesma proporção de importância, como a melhora nos alojamentos, alimentação e outros pontos. Outro fator importante é a forma como a informação se espalha entre os trabalhadores, agora via internet e celular, e afeta outros canteiros de obra na mesma região.

**O perfil do trabalhador também mudou?**

Em termos de qualificação e escolaridade sim, também porque há um processo migratório. Como o setor está crescendo muito, trabalhadores de outras categorias acabam deixando suas profissões de origem. Mas, a tendência é aperfeiçoar cada vez mais porque há uma carência de mão-de-obra especializada.

**O que você imagina para os próximos anos?**

Vai depender do crescimento econômico, mas como serão necessárias obras de infraestrutura e

com a melhoria na renda da população, além de maior disponibilidade de crédito, creio que a tendência seja a construção continuar crescendo.

**Há ainda graves denúncias sobre superexploração de mão-de-obra e desrespeito aos direitos trabalhistas básicos. O que você acredita que deve ser feito para reverter esse processo?**

Nada substitui a organização, não só traduzida na convenção coletiva, mas também em greves e protestos. Além disso, temos uma agenda do trabalho decente, com as conferências de trabalho decente, que perpassam tudo isso. Essa é uma agenda sindical que merece toda nossa atenção, em particular no setor da construção civil, que historicamente convive com condições precárias e insalubres. Nacionalmente, acho que essa questão já está incorporada, mas localmente ainda não foi enraizada.

## Internacional

# CUT cobra no G-20 taxaço e controle do sistema financeiro

“Para enfrentar a crise é preciso por fim à ciranda financeira, fortalecendo o papel central do Estado para que exerça seu controle, resguardando o interesse público, e que não fique refém da chantagem de banqueiros e especuladores. Também é necessária a taxaço das transações”, afirmou o secretário de Relações Internacionais da CUT Brasil, João Antonio Felício, durante a cúpula do G-20, realizada em Cannes, na França, nos dias 3 e 4 de novembro.

Integrando a delegação da Confederação Sindical Internacional (CSI), o dirigente cutista se somou às lideranças de entidades como a CGT, da Argentina, e Kosatu, da África do Sul, na cobrança aos governantes da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, Espanha, EUA, França, Inglaterra, México e Rússia.

“A crise econômica está se aprofundando diante da forma como muitos governos têm capitulado aos interesses dos bancos. Infelizmente, há governantes que atuam como agentes do sistema financeiro, apagando o sentido de Pátria e de soberania”, destacou João Felício. Com isso, ressaltou, “aumenta o desemprego de longa duração, o desemprego juvenil vai às alturas, os salários dos trabalhadores e os proventos dos aposentados são arrojados, num círculo vicioso de insegurança que começa a provocar uma descrença na própria democracia. Um exemplo claro é o que está ocorrendo na Grécia, que ficou sob tutela da chamada troika formada pelo FMI, pela Comissão Europeia e pelo BCI Europeu, cujas decisões se sobrepõem ao governo do país, numa ditadura dos mercados financeiros”.

De acordo com o dirigente cutista, “apenas com a recessão deste último período, são 80 milhões de pessoas jogadas na pobreza extrema, fazendo com que tenhamos hoje no mundo 1,4 bilhão de pessoas nesta condição lastimável, sobrevivendo com menos de 1,25 dólar por dia”. A completa insensibilidade de governos que capitulam diante dos interesses do sistema financeiro, alertou, está levando a “uma política de ‘ajuste fiscal’ e cortes nos investimentos públicos que nós, latino-americanos, sabemos aonde vai dar”. “Os bancos centrais destes países atuam hoje em função dos interesses de uma pequena oligarquia que tem parasitado o conjunto da economia. Hoje, aqueles governos têm comprometido de 20 a 30% do seu PIB com a banca privada”, denunciou.

## Cultura

# 1º Prêmio CUT Democracia e Liberdade Sempre: público ainda pode votar

Desde o dia 1.º e até o dia 30 de novembro você pode participar da votação para escolher os vencedores do 1º Prêmio CUT Democracia e Liberdade Sempre. São 12 personalidades candidatas e três entidades divididas em cinco categorias.

Para isso, basta acessar [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br) e clicar no banner do 1º Prêmio CUT Democracia e Liberdade Sempre, onde está escrito “Clique aqui e vote nos seus candidatos”. Você pode também acessar diretamente o endereço do prêmio (<http://premio.cut.org.br>) e clicar direto onde está escrito “escolha seus candidatos” – no alto da página.

A premiação homenageia pessoas e entidades que lutaram pela redemocratização do Brasil durante a ditadura militar de 1964-85 e também as que lutam para aperfeiçoar o regime democrático brasileiro, defendendo o exercício da liberdade.

A cerimônia de entrega do prêmio acontece no dia 13 de dezembro, no TUCA (Teatro da Universidade Católica de São Paulo), quando os premiados

receberão um troféu criado pelo artista plástico Elifas Andreato.

A data tem um motivo simbólico: neste mesmo dia, em 1968, os brasileiros foram surpreendidos pelo Ato Institucional Número 5 (AI-5), que deu plenos poderes ao governo militar para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, ampliando os instrumentos de repressão.

Além de contribuir para consolidar nossa jovem democracia, mantendo viva a história do país, o prêmio tem como objetivo difundir informações para que as futuras gerações saibam da importância da participação de toda a sociedade nos processos democráticos nacionais.





Renovar já as concessões  
do setor elétrico por uma  
energia de qualidade,  
preço justo para todos e  
crescimento para o Brasil.

Informe-se.  
Acesse [www.todospelaenergia.com.br](http://www.todospelaenergia.com.br) e participe.

Energia a preço justo sim, mas na mão do povo brasileiro.

**RENOVAR JÁ  
O BRASIL  
NÃO PODE PARAR**

Realização:  
**FNU**  
FEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS  
URBANITÁRIOS  
TRABALHANDO PELO BRASIL E LUTANDO POR VOCÊ  
e sindicatos afiliados

**CUT** BRASIL

Apoio:  
**PSI**  
INSTITUTO DE  
SERVIÇOS  
PÚBLICOS

**fisenge**  
Federação Interestadual de  
Sindicatos de Engenheiros



  
**TODOS PELA  
ENERGIA**

**Privatização não é a solução.**